DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 4134/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/3665/2015
PROTOCOLO	:	1572242
ÓRGÃO	:	PREFEITURA DE IGUATEMI-MS
ORDENADOR DE DESPESAS	:	JOSE ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE
CARGO DO ORDENADOR	:	PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 229/2014
CONTRATADA	:	S.M.F. PERDOMO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL N. 76/2014
OBJETO	:	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO
VALOR	:	R$ 114.030,45
RELATOR	:	CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO PRESENCIAL. FORMALIZAÇÃO E TEOR DO CONTRATO. EXECUÇÃO. LEGAL E REGULAR.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação e julgamento da regularidade do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial n. 76/2014 (1ª fase), da formalização e teor do Contrato Administrativo n. 229/2014 (2ª fase), celebrado entre o Município de Iguatemi-MS e a empresa S.M.F. Perdomo, e dos atos de execução do objeto contratado (3ª fase), constando como ordenador de despesas o Sr. José Roberto Felippe Arcoverde, prefeito municipal.

O objeto do contrato é a aquisição de material didático pedagógico, para uso nas repartições municipais de ensino e assistência social, no valor de R$ 114.030,45 (cento e quatorze mil, trinta reais e quarenta e cinco centavos), com prazo de vigência da data da sua assinatura, em 16 de dezembro de 2014, a 31 de maio de 2015.

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) na Análise ANA - 4ICE - 18605/2015, manifestou-se pela legalidade e a regularidade do procedimento licitatório, da formalização contratual e da execução financeira.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR - MPC - GAB.7 DR.JAC - 7620/2016, opinando pela legalidade e a regularidade do procedimento licitatório, da formalização do instrumento de contrato e da execução física e financeira contratual.

DA DECISÃO

Registre-se que fora juntada aos autos toda documentação obrigatória acerca do procedimento licitatório, com fulcro no Anexo I, Capítulo III, Seção I, Item 1.1.1., letra "B", da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, e a documentação relativa à formalização contratual conforme preconiza o art. 60 e seguintes, da Lei Federal das Licitações.

Os atos para a realização do processo licitatório, inclusive a publicação, atenderam as normas legais pertinentes, quais sejam, Lei Federal n. 10.520/2002 e Lei Federal n. 8.666/93, demonstrando a regularidade dos procedimentos adotados pelo ordenador de despesas.

O instrumento contratual foi pactuado em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n. 8.666/93.

A execução financeira do contrato em análise atendeu aos ditames da Lei Federal n. 4.320/64 e restou assim demonstrada:

- Valor inicial da contratação: R$ 114.030,45;

- Valor Empenhado: R$ 114.030,45;

- Notas Fiscais: R$ 114.030,45;

- Comprovantes de Pagamento: R$ 114.030,45.

Os documentos obrigatórios foram encaminhados de forma tempestiva para esta colenda Corte de Contas, atendendo o prazo que dispõe a Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Presencial n. 76/2014 (1ª fase), da formalização e teor do Contrato Administrativo n. 229/2014 (2ª fase), celebrado entre o Município de Iguatemi-MS e a empresa S.M.F. Perdomo, e dos atos de execução do objeto contratual (3ª fase), constando como ordenador de despesas o Sr. José Roberto Felippe Arcoverde, prefeito municipal, conforme art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 120, I, "a", II e III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande-MS, 20 de julho de 2016.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs